

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**Despacho (extracto) n.º 16 459/2007**

Por despacho do presidente, foi renovado o contrato administrativo de provimento de Paulo Rogério Soares Proença como equiparado a professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 30 de Julho de 2007 e validade até 29 de Julho de 2009.

2 de Julho de 2007. — O Presidente, *Vitor Correia Santos*.

Instituto Superior de Engenharia**Despacho n.º 16 460/2007**

Nos termos dos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego nos seguintes membros do conselho directivo, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — No vice-presidente do conselho directivo, Prof. José Carlos Barros de Oliveira:

a) Realizar a gestão corrente de edifícios, equipamentos, transportes, incluindo a autorização para o transporte de pessoas e bens, e parques automóveis e avaliar a eficácia das prestações de serviços nas áreas de segurança e higiene e limpeza;

b) Orientar os processos externos de avaliação da qualidade dos serviços e de avaliação e acreditação institucional;

c) Coordenar a implementação do SIADAP — Sistema Integrado da Avaliação de Desempenho dos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

2 — Na vice-presidente do conselho directivo, Prof. Maria Joana França Cabral de Sampaio Vega:

a) Aprovar o mapa global de férias, bem como autorizar a alteração e acumulação de férias por acordo ou conveniência do funcionário;

b) Autorizar as justificações de faltas previstas nas alíneas a) a o), q) a t) e x) e z) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

c) Autorizar a aprovação e alteração dos horários de funcionamento dos serviços e horários de trabalho dos funcionários, agentes ou contratados do corpo não docente;

d) Submeter a despacho do vice-presidente do IPP, que detenha competências no domínio académico, todas as questões que careçam de resolução superior;

e) Emitir despacho sobre requerimentos de alunos, enquadráveis no regime regulamentar interno sobre princípios, regras e procedimentos académicos;

f) Assinar o expediente ou correspondência à instrução dos processos ou subsequente à emissão de despacho no domínio académico;

g) Os actos praticados ao abrigo da delegação das competências referidas nas alíneas a) e b) abrange os funcionários, do corpo docente ou não docente, do quadro ou além quadro e os contratados ao abrigo do contrato individual de trabalho.

3 — As delegações agora estabelecidas são feitas sem prejuízo do poder geral de superintendência que é conferido ao presidente do conselho directivo, previsto no n.º 2 dos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto e do poder de avocação, sempre que o entenda conveniente, previsto no artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo.

4 — Consideram-se ratificados todos os actos definitivos no âmbito deste despacho entretanto praticados pelos vice-presidentes desde 6 de Fevereiro de 2007.

26 de Abril de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Manuel Simões da Rocha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL**Despacho (extracto) n.º 16 461/2007**

Por despacho de 8 de Junho de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi a Ana Paula de Brito Garcia Mendes, equiparada a professora-adjunta da Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico, autorizada a nomeação provisória como professora-adjunta, por um período inicial de três anos, com efeitos a partir da data da posse do lugar, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

27 de Junho de 2007. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 462/2007

Por despacho de 18 de Outubro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi a Rita Noélia Silva Fernandes, equiparada a assistente em regime de tempo parcial a 60 %, da Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico, autorizada a renovação do contrato, por dois anos, bem como a alteração da percentagem contratual de 60 % para tempo integral, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 2006.

27 de Junho de 2007. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 463/2007

Por despacho de 22 de Setembro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi autorizada a renovação do contrato de Margarida Maria Pinto Matos de Castro Ferreira, equiparada a assistente em regime de exclusividade, da Escola Superior de Saúde, deste Instituto Politécnico, por dois anos, bem como a alteração contratual de exclusividade para tempo parcial em acumulação, a 20 %, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2006.

27 de Junho de 2007. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 464/2007

Por despachos proferidos em de 28 de Fevereiro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi autorizada a alteração dos contratos administrativos de provimento aos seguintes docentes:

Sara Fernandes de Oliveira Alves da Silva, equiparada a assistente, em regime de tempo parcial a 30 %, a exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, para tempo integral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

Paulo Gil Ferreira da Mota, equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial a 30 %, a exercer funções na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, deste Instituto Politécnico, para tempo parcial a 60 %, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

2 de Julho de 2007. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 465/2007

Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi autorizada a celebração dos seguintes contratos administrativos de provimento:

De 9 de Janeiro de 2007:

Paulo Jorge Billo Machado — como encarregado de trabalhos, em regime de tempo integral, por um ano, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal líquida de € 949,66, com efeitos a partir de 9 de Janeiro de 2007, por urgente conveniência de serviço.

De 5 de Fevereiro de 2007:

Ricardo Jorge Moreira Patrício Rosa — como encarregado de trabalhos, em regime de tempo integral, por um ano, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal líquida de € 963,91, com efeitos a partir de 5 de Fevereiro de 2007, por urgente conveniência de serviço.

2 de Julho de 2007. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**Contrato (extracto) n.º 887/2007**

Por despachos de 17 de Abril de 2007 do vice-presidente, em substituição do presidente, nos termos da 1.ª parte do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, homologados pelo despacho normativo n.º 23/95, de 21 de Março, alterados pelo despacho normativo n.º 4/2007, de 8 de Janeiro, foram autorizados os contratos administrativos de provimento, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto Politécnico, dos seguintes docentes:

João Ferreira de Carvalho Castro Nunes, como equiparado a assistente do 1.º triénio, com efeitos a partir de 22 de Janeiro e até 15 de Setembro de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Pedro Miguel Teixeira Faria, como equiparado a professor-adjunto, com efeitos a partir de 21 de Dezembro de 2006 e até 15 de Setembro de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 185, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Nino Valério Matos da Fonseca, como equiparado a assistente do 2.º triénio, com efeitos a partir de 4 de Janeiro e até 15 de Setembro de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 135, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Vítor Júlio da Silva e Sá, como equiparado a assistente do 2.º triénio, com efeitos a partir de 4 de Janeiro e até 14 de Março de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 140, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Tiago Alexandre Cardoso Alves Trancoso, como equiparado a assistente do 2.º triénio, com efeitos a partir de 25 de Fevereiro e até 15 de Setembro de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 135, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Ana Francisca Santos Silva, como equiparada a assistente do 1.º triénio, com efeitos a partir de 15 de Janeiro e até 15 de Setembro de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Jorge Manuel Ferreira Barbosa Ribeiro, como equiparado a assistente do 1.º triénio, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006 e até 15 de Setembro de 2007 — vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

2 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 16 466/2007

Por despacho de 28 de Junho de 2007 do presidente do Instituto Politécnico, Ana Maria Coelho de Almeida Peixoto, professora-adjunta de nomeação provisória da Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico, foi nomeada definitivamente professora-adjunta da mesma Escola, com efeitos retroactivos a 14 de Dezembro de 2003.

28 de Junho de 2007. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Aviso n.º 13 580/2007

1 — Em cumprimento do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, autorizado por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Viseu de 31 de Maio de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento, em regime de contrato administrativo de provimento ou comissão de serviço extraordinária, de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, área do áudio-visual, do grupo do pessoal não docente do Instituto Politécnico de Viseu.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento da vaga anunciada, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se, nomeadamente, os Decretos-Leis n.ºs 204/98 de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e o Código do Procedimento Administrativo.

5 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover é o constante no mapa 1 anexo do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

6 — Remuneração e condições de trabalho — o vencimento é o correspondente ao índice e ao escalão aplicáveis à respectiva categoria, que constam do anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho. As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Local de trabalho — o local de prestação de trabalho situa-se na Escola Superior de Educação de Viseu, sem prejuízo de o candidato admitido poder vir a desenvolver o seu trabalho noutra unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu.

8 — Requisitos de admissão ao concurso — os candidatos devem reunir até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas os seguintes requisitos:

8.1 — Requisitos gerais — os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

8.2 — Requisitos especiais — os previstos na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e licenciatura na área de Comunicação Social.

9 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão a avaliação curricular, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e a entrevista profissional de selecção nos termos previstos no artigo 23.º do mesmo decreto-lei.

9.1 — A não comparência à entrevista profissional de selecção equivale a desistência do concurso.

9.2 — Classificação final — a classificação final e o ordenamento dos candidatos, resultante da aplicação dos métodos de selecção definidos, serão expressos na escala de 0 a 20 valores, de acordo com o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo as respectivas fórmulas classificativas, constam das actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Viseu, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser entregue pessoalmente durante as horas normais de expediente ou remetido por correio, sob registo e com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado, para o Instituto Politécnico de Viseu, Avenida de José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico, 3504-510 Viseu.

10.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data de validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de contribuinte, residência e código postal);

b) Habilitações literárias;

c) Situação profissional, com a indicação da categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

d) Referência ao concurso a que se candidata especificando o número e a data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;

e) Indicação dos documentos que acompanham o requerimento;

11 — Processo de candidatura — o requerimento, exigido no n.º 10 deste aviso, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos, as acções de formação de aperfeiçoamento profissional frequentadas e respectiva duração, devendo as mesmas ser comprovadas através de documento;

b) Fotocópia do bilhete de identidade;

c) Certidão de habilitações literárias;

d) Declaração autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem especificando o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço, reportada aos anos relevantes para efeito de acesso na carreira;

e) Declaração, emitida pelo serviço de origem onde foram exercidas as funções durante os anos referidos na alínea *d*), especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato;

f) Declaração, sob compromisso de honra, subscrita pelo candidato, a declarar que reúne os requisitos gerais de provimento na função pública;

g) Outros documentos que os candidatos repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito.

12 — Caso o candidato se encontre na situação prevista no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, deverá apresentar requerimento, para além do exigido no n.º 10 do presente aviso, dirigido ao júri do concurso, solicitando o suprimento da avaliação de desempenho acompanhado de currículo profissional, devidamente documentado, respeitante ao período que não foi objecto de avaliação onde constem pelo menos a indicação das habilitações académicas e profissionais, a formação e o aperfeiçoamento profissional relevante, as funções desempenhadas e a experiência profissional, bem como declaração do serviço a que pertence que comprove a inexistência de avaliação de desempenho.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14 — A apresentação ou a entrega de documentos falsos implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar ou penal, conforme os casos.

15 — Afixação da relação dos candidatos e da lista de classificação final:

15.1 — A relação dos candidatos admitidos será afixada nos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viseu, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo os candidatos excluídos notificados nos termos do artigo 34.º do mesmo diploma legal.

15.2 — A lista de classificação final será notificada aos candidatos, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Maria Cristina Coelho de Carvalho de Azevedo Gomes Santos e Silva, professora-coordenadora da Escola Superior de Educação de Viseu.